

SOBRE A SÉRIE – Luiz Manoel Gomes Junior, Luiz Rodrigues Wambier	11
PREFÁCIO – Luiz Rodrigues Wambier	13
INTRODUÇÃO	21
Capítulo I. O MICROSSISTEMA DAS AÇÕES COLETIVAS.....	25
1.1 Dos direitos individuais aos coletivos – Breve análise da evolução histórica de sua conquista	28
1.2 O surgimento de uma nova visão: os direitos coletivos.....	34
1.3 O Código Modelo de Processos Coletivos para os países Ibero-americanos e o Anteprojeto do Código Brasileiro de Processos Coletivos	39
Capítulo II. A PRINCIPIOLOGIA DAS AÇÕES COLETIVAS	44
2.1 A distinção entre princípios e regras	45
2.2 Direitos humanos, direitos fundamentais e a Constituição Federal de 1988	49
2.3 Princípios informadores do processo civil coletivo	51
Capítulo III. CONCEITO DE AÇÃO COLETIVA	56
Capítulo IV. AS PRINCIPAIS AÇÕES COLETIVAS EM ESPÉCIE	61
4.1 Ação Popular.....	62
4.1.1 Perspectiva histórica da Ação Popular Constitucional no Brasil.....	65
4.2 Ação Direta de Inconstitucionalidade	70
4.3 Ação Civil Pública	76
4.4 Mandado de Segurança Coletivo.....	91
4.5 Ação prevista no Código de Defesa do Consumidor	102

Capítulo V. A AÇÃO POPULAR PARA DEFESA DO ERÁRIO	107
5.1 Causa de pedir.....	112
5.1.1 Ato comissivo ou omissão.....	114
5.1.2 Ilegalidade e lesividade.....	120
5.1.2.1 Lesividade presumida	124
5.1.3 Imoralidade como causa autônoma	126
5.2 Partes	130
5.3 Legitimidade ativa	133
5.3.1 Conceito de cidadão.....	137
5.3.2 Necessidade de revisão do conceito	147
5.4 Pólo passivo	151
5.4.1 Espécies de litisconsórcio.....	157
5.5 Pedido	162
5.6 Interesse.....	167
5.7 Possibilidade jurídica	171
5.8 Competência.....	173
5.8.1 A proposta de alteração constitucional	183
5.9 Prazo prescricional.....	189
5.10 Sentença	197
5.10.1 O cumprimento de sentença na ação popular: a Lei 11.232/2005	211
5.11 Recursos	225
Capítulo VI. A AÇÃO POPULAR AMBIENTAL.....	233
6.1 O meio ambiente e sua proteção antes e depois da Consti- tuição Federal de 1988	234
6.1.1 A relevância do meio ambiente e sua proteção... ..	242
6.1.2 Os princípios constitucionais relacionados ao meio ambiente.....	251
6.2 Ação Popular e Ação Popular Ambiental: semelhanças e diferenças	259
6.2.1 Causa de pedir.....	261
6.2.1.1 Ato comissivo ou omissão.....	262



6.2.1.2	Ilegalidade e lesividade	265
6.2.1.3	Imoralidade como causa autônoma – O dano moral ambiental.....	270
6.2.2	Partes	273
6.2.3	Legitimidade ativa.....	273
6.2.3.1	Conceito de cidadão.....	275
6.2.3.2	Necessidade de revisão do conceito	276
6.2.4	Pólo passivo.....	279
6.2.4.1	Espécie de litisconsórcio	280
6.2.5	Pedido	283
6.2.6	Interesse.....	289
6.2.7	Possibilidade jurídica	291
6.2.8	Competência	294
6.2.8.1	A proposta de alteração constitucional ...	296
6.2.9	Prazo prescricional	296
6.2.10	Sentença	302
6.2.11	Recursos	306
BIBLIOGRAFIA		307
OBRA PUBLICADA NESTA SÉRIE		319

